

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: a importância de se ter para não se
endividar**

FRANCA

2013

GIOVANA DE SOUZA COSTA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: a importância de se ter para não se
endividar**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Ms. Márcio Benevides
Lessa

FRANCA

2013

GIOVANA DE SOUZA COSTA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: a importância de se ter para não se
endividar**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Franca, 22 de outubro de 2013

Orientador: _____

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): _____

Nome: Prof. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador (a): _____

Nome: Prof.Dr. Hélio Braga Filho

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo, pela fé depositada em mim durante todos estes anos de vida acadêmica

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela saúde, força e perseverança na busca pelo alcance do meu objetivo;
- aos meus amigos, parentes e familiares por me compreenderem nos momentos de ausência,
- ao meu orientador, o prof. Ms. Márcio Benevides Lessa, por acreditar e apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto;
- e principalmente ao meu namorado João Ildo, que esteve ao meu lado em todos os momentos, dos mais fáceis aos mais difíceis, sempre me apoiando e dando força para continuar.

O dinheiro nunca deve ser nossa esperança para alcançar a liberdade financeira. A verdadeira segurança é alcançada com a combinação ideal de conhecimento, experiência, contatos e habilidade.

Henry Ford

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da utilização da educação financeira. O objetivo do presente trabalho é analisar o impacto da educação financeira na condução do orçamento doméstico dos funcionários de uma empresa do setor sucroalcooleiro, verificar quais motivos impedem as famílias de utilizarem um planejamento financeiro, talvez por uma ideia de complexidade, falta de conhecimento, orientação; analisar os fatores que podem ser classificados como maiores vilões do endividamento; identificar as reais dificuldades frente ao hábito de poupança e investimentos e incentivar o uso de ferramentas orçamentárias.

Justifica-se o presente trabalho dado a importância do equilíbrio orçamentário, a educação financeira visando diluir o endividamento, estimulando a formação de poupança para fazer frente às melhores opções de compra e qualidade de vida.

No primeiro capítulo será abordado o conceito de economia, a importância do estudo das necessidades, questões como curva de indiferença e linhas de restrição orçamentária. No segundo capítulo será tratada a questão do consumo, poupança e planejamento. No terceiro capítulo será abordada a questão da educação financeira, conceito, utilização, importância e endividamento. E, por fim, no quarto capítulo será feito um estudo de caso levando em conta um projeto de educação financeira adotado numa empresa do setor sucroalcooleiro, localizada no interior do estado de São Paulo.

Palavras-chave: educação financeira, endividamento, planejamento.

ABSTRACT

This paper aims to show the importance of the use of financial education . The objective of this study is to analyze the impact of financial education in driving the household budget of employees in a company of this sector , see which reasons prevent families from using financial planning , perhaps an idea of complexity , lack of knowledge , guidance , analyze the factors that can be classified as the greatest villains of indebtedness ; identify the real problems facing the habit of saving and investment and encourage the use of tools budget .

Justified this work given the importance of balancing the budget , financial education aimed at diluting the debt , stimulating the formation of savings to meet the best options and quality of life .

In the first chapter we will address the concept of economy , the importance of studying the needs , issues such indifference curve and budget constraint lines . The second chapter will address the issue of consumption, savings and planning. The third chapter will address the issue of financial education concept , use, importance and indebtedness . And finally , the fourth chapter will be a case study considering a project financial education adopted a company of this sector , located in the state of São Paulo .

Keywords: financial education, debt, planning.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Classificação e características dos bens. | 27 |
| Tabela 1 – Propensão a consumir - em bilhões de dólares. | 32 |
| Tabela 2 – Propensão marginal a consumir - em bilhões de dólares. | 34 |
| Tabela 3 – Síntese dos resultados da PEIC. | 46 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Gráfico da utilidade total e utilidade marginal | 20 |
| Figura 2 – Gráfico da curva de indiferença para o consumo de pão e batata de um consumidor hipotético..... | 21 |
| Figura 3 – Mapa de indiferença hipotético..... | 22 |
| Figura 4 – Gráfico das linhas de restrição orçamentária:..... | 23 |
| Figura 5 – Equilíbrio do consumidor: | 24 |
| Figura 6 – Gráfico das mudanças no equilíbrio do consumidor: | 25 |
| Figura 7 – Gráfico dos Endividados segundo a PEIC..... | 46 |
| Figura 8 – Número de pedidos de consignados mensal..... | 499 |
| Figura 9 – Valores liberados com descontos obtidos nas renegociações | 51 |
| Figura 10 – Média de valores liberados por mês | 52 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1. O CONCEITO DA CIÊNCIA ECONÔMICA: A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS NECESSIDADES..... | 144 |
| 1.1 NECESSIDADES – CONCEITOS E TIPOS | 155 |
| 1.2 O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR | 166 |
| 2. O CONSUMO E POUPANÇA | 266 |
| 2.1 A CLASSIFICAÇÃO USUAL DOS BENS DE CONSUMO | 266 |
| 2.2 A POUPANÇA | 30 |
| 2.3 A IMPORTÂNCIA DA PROPENSÃO A CONSUMIR | 322 |
| 2.4 A IMPORTÂNCIA DA PROPENSÃO A POUPAR | 344 |
| 2.5 POUPAR PARA PODER INVESTIR..... | 355 |
| 3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA..... | 377 |
| 3.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL | 377 |
| 3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL..... | 388 |
| 3.3 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL | 39 |
| 3.4 O ENSINO DAS FINANÇAS PESSOAIS..... | 41 |
| 3.5 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO | 433 |
| 3.6 O ENDIVIDAMENTO | 455 |
| 4. ESTUDO DE CASO | 488 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 555 |
| REFERÊNCIAS..... | 577 |

INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo será abordado o conceito da ciência econômica e a importância do estudo das necessidades. A economia tem por objetivo o estudo dos indivíduos e da sociedade, na utilização dos recursos produtivos, que são escassos. Tratará ainda sobre a questão das necessidades, tipos e conceitos, visto que uma necessidade humana é um estado de privação de alguma satisfação básica. Em seguida, será abordado o comportamento do consumidor, a curva de indiferença, que vem a ser uma representação gráfica que serve para ilustrar as preferências do consumidor e as linhas de restrição orçamentária, que representam o montante de renda disponível do consumidor em dado período de tempo.

No segundo capítulo será abordado o conceito de consumo e a classificação usual dos bens de consumo, que podem ser bens complementares, bens de capital, bens de consumo duráveis, bens intermediários, bens livres e bens-salário. Em seguida será tratada a questão da poupança, propensão a consumir e sua importância, também a importância da propensão a poupar e, por último, a ideia de poupar para poder investir.

No terceiro capítulo será abordada a questão da educação financeira, seu conceito, utilidade, importância e utilização na busca por uma melhor qualidade de vida. Será levado em conta alguns tipos e projetos de educação financeira existentes, como a educação financeira pessoal, a educação financeira no Brasil, o programa de educação financeira do Banco Central, o ensino das finanças pessoais, a importância do planejamento financeiro e a questão do endividamento.

No quarto capítulo será feito um estudo de caso, mediante um projeto de educação financeira adotado em uma empresa do setor sucroalcooleiro, localizada no interior do estado de São Paulo com intuito de ajudar aos seus colaboradores a ter controle sobre sua saúde financeira e como consequência se proporcionar de uma melhor qualidade de vida, através de orientação e planejamento.

O trabalho foi realizado para demonstrar um problema atual e recorrente que é o alto grau de endividamento das famílias mediante o aumento do consumismo, falta de planejamento e ferramentas para utilização no controle do

orçamento financeiro. Foi realizado um estudo de caso mediante a adoção de um projeto de educação financeira realizado numa empresa do setor sucroalcooleiro localizada no interior do estado de São Paulo. O projeto desempenhado, conta com ações do tipo: palestras sobre educação financeira para os funcionários recém-contratados, orientação pessoal e acompanhamento dos casos mais preocupantes.

Foi realizada uma revisão bibliográfica para buscar conceitos e também será feito um estudo de caso através de dados obtidos na empresa pesquisada.

1. O CONCEITO DA CIÊNCIA ECONÔMICA: A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS NECESSIDADES

A palavra economia faz parte do contexto das pessoas. Está constantemente presente nos telejornais, matérias jornalísticas e nas conversas informais dos indivíduos, quando tratam de assuntos como renda, consumo e produção.

Segundo Vasconcelos (2011, p. 3), a palavra economia vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei). Na interpretação do autor, o conceito remete a “*administração da casa*”, que pode ser generalizada como “*administração da coisa pública*”.

Ainda segundo Vasconcelos (2011), economia pode ser entendida como sendo a Ciência Social que tem por objeto de estudo como os indivíduos e a sociedade decidem utilizar os recursos produtivos, que são escassos, na produção de bens e serviços (produto), de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos que compõem a sociedade, com a finalidade de satisfazer ao máximo às necessidades humanas.

Observa-se assim, que se trata de uma Ciência Social, que objetiva atender às necessidades humanas. Contudo, depende de restrições físicas, provocadas pela escassez de recursos produtivos ou fatores de produção (mão-de-obra, capital, terra e matérias primas).

Pode-se dizer que o objeto de estudo da Ciência Econômica é a questão se forma pela dicotomia entre a escassez dos recursos produtivos e as necessidades ilimitadas dos indivíduos que compõem a sociedade. Em poucas palavras, pode-se sintetizar numa única frase: “como economizar recursos”.

A escassez surge em virtude das necessidades humanas serem ilimitadas e da restrição física dos recursos produtivos. Afinal, o crescimento populacional renova as necessidades básicas; o contínuo desejo de elevação do padrão de vida (que se poderia classificar como uma necessidade “social” de melhoria de *status*) e a evolução tecnológica fazem com que surjam novas necessidades (computador, freezer, vídeo, CD etc.).

Nenhum país, nem mesmo aqueles classificados como ricos, são autossuficientes, em termos de disponibilidade de recursos produtivos, para satisfazer a todas as necessidades da população.

Se não houvesse escassez de recursos, ou seja, se todos os bens fossem abundantes (bens livres), não haveria necessidade de se estudar questões como inflação, crescimento econômico, déficit no balanço de pagamentos, desemprego, concentração de renda etc. Esses problemas provavelmente não existiriam e, obviamente, nem se teria a necessidade de se estudar a Ciência Econômica. Tem-se que esta é, por natureza, a ciência que estuda a melhor utilização dos recursos produtivos (recursos naturais, trabalho e capital) que são escassos, empregados no processo produtivo, visando produzir com o menor custo, com a maior qualidade e com as quantidades suficientes para atender a maior quantidade de indivíduos possíveis, sem causar discriminação ou outra forma de distribuição do produto e da renda. Nota-se que mesmo os recursos renováveis são limitados no seu processo de produção em razão do tempo e do espaço.

1.1 NECESSIDADES – CONCEITOS E TIPOS

Conforme define Kotler (1994, p. 33), uma “*necessidade humana é um estado de privação de alguma satisfação básica*”. As pessoas precisam de alimentos, vestuários, moradias, seguranças, afeições, estimas e algumas outras coisas para sobreviver. Muitas destas necessidades não são criadas pelas sociedades ou pelos homens, elas fazem parte da biologia humana. Desta forma, pode-se afirmar, pelo exposto, que as necessidades são ilimitadas.

Os indivíduos, conforme a evolução da sociedade, passam a buscar por novos produtos que satisfaçam seus estados de privações, fazendo com que a cada dia novos produtos sejam criados.

Kotler (1994, p. 33) cita o seguinte exemplo:

Um americano precisa de comida e compra um hambúrguer, precisa de roupas, compra um terno Pierre Cardin, precisa de estima, compra um Cadillac. Em outras sociedades essas necessidades são feitas de modo diferente. O balinês satisfaz a fome com mangas, suas necessidades de vestuário com uma tanga, sua estima com um colar de conchas.

Sem dúvidas, os desejos das pessoas, na atualidade, parecem ser insaciáveis. Enquanto as necessidades das pessoas são poucas, os desejos são muitos, conforme salienta o autor acima citado.

Com base ainda nas informações de Kotler (1994, p.32-33), as necessidades podem ser classificadas e sintetizadas em três grupos distintos, sendo eles:

- **necessidades básicas:** aquelas inerentes à vida de todos os seres vivos, como alimentação, vestuário, reprodução, entre outras;
- **necessidades coletivas:** aquelas inerentes à vida em sociedade ou coletividade, como religião, escola, entre outras; e as
- **necessidades individuais:** aquelas consideradas como pessoais pertencentes a cada indivíduo. Portanto elas diferem entre os indivíduos. Como exemplos têm as escolhas individuais de cada um a respeito do que irá cursar na faculdade, entre outras.

Além de todos esses tipos de necessidades há os desejos que, segundo Kotler (1994, p.33) “*são vontades para satisfações específicas das necessidades mais profundas*”.

Os desejos humanos são constantemente mudados pelas forças e instituições sociais tais como igrejas, escolas, famílias e os demais grupos nos quais os indivíduos se encontram envolvidos. Muitas pessoas desejam possuir o melhor carro de passeio, o melhor telefone celular ou, ainda, a melhor residência da cidade, porém, somente alguns poucos podem e querem.

1.2 O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Muitas vezes os consumidores não conseguem distinguir necessidades de desejos e acabam extrapolando no consumo. Acabam dando prioridade aos desejos ao invés das necessidades, o que se pode chamar de inversão de valores.

De acordo uma pesquisa realizada pelo SPC¹ Brasil - Serviço de Proteção ao Crédito, divulgada em março de 2013, 85% da população faz compras sem planejamento e 74% não possui qualquer investimento fixo, nem mesmo em caderneta de poupança, uma das mais comuns formas de aplicação financeira.

Quando analisado somente os hábitos de compra do consumidor brasileiro, o levantamento mostra que 54% realizam compras sem planejamento esporadicamente, 24% frequentemente e 7% sempre. Apenas 15% dos entrevistados disseram nunca fazer compras não planejadas.

Ainda segundo informações provenientes desta pesquisa, quatro entre cada dez entrevistados assumiram que fazem compras por impulso em momentos de ansiedade, tristeza e angústia. Quem tem mais dinheiro costuma se sentir assim quando um evento importante se aproxima - hora em que saem para gastar. Já os mais pobres disseram que a baixa autoestima os impele a gastar - a busca por um padrão de vida artificial que permita inclusão social.

Observa-se pela pesquisa que 37% dos consumidores só analisam se o valor mensal da parcela cabe no seu orçamento e não leva em consideração a taxa de juros embutida no financiamento. Isso mostra que comprar a prazo é um hábito enraizado e que não leva o consumidor a refletir.

Uma vez que o consumidor nem sempre age racionalmente, a chamada Teoria do Consumidor passa a ser um referencial ao estudo, mas com a necessidade de aprimoramento.

A Teoria do Consumidor estuda as preferências do consumidor, analisando o seu comportamento, as suas escolhas, as restrições quanto a valores e a demanda de mercado. A partir dessa teoria se determina a curva de demanda.

O enfoque se dá na Teoria Microeconômica, que busca descrever como os consumidores tomam as suas decisões de compra e como eles enfrentam os *tradeoffs* (expressão inglesa que define uma situação em que há conflito de escolha. Ocorre quando se abre mão de algum bem ou serviço distinto para se obter outro bem ou serviço distinto) e as mudanças em seu ambiente. Os fatores que

¹ SPC – Serviço de Proteção ao Crédito. Disponível em www.spcbrasil.org.br acessado em 07 de março de 2013.

influenciam as escolhas dos consumidores estão basicamente ligados à sua restrição orçamentária e preferências.

As pessoas são limitadas pela sua renda na escolha dos produtos que irão consumir. Dado a sua renda, a determinação do orçamento permite evidenciar com antecedência as possíveis escolhas que elas farão.

Para melhor elucidação a respeito de restrição orçamentária é necessário falar em Microeconomia ou Teoria dos Preços – parte da teoria econômica que estuda o comportamento das famílias, empresas e mercados. A Microeconomia analisa a formação de preços no mercado, que se formam com base em dois mercados, segundo Vasconcellos (2011):

- de bens e serviços (preços de bens e serviços);
- dos serviços dos fatores de produção (salários, juros, aluguéis e lucros).

Para descrever o consumo, é necessário compreender a demanda, que é o mesmo que procura. Essa pode ser compreendida, conforme descreve Vasconcellos (2011), como sendo as quantidades de determinado bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir, num dado período, dada a sua renda, seus gastos e o preço de mercado.

Assim, representa um desejo, um plano. Representa o máximo que o consumidor pode aspirar, dada sua renda e os preços do mercado.

A curva de demanda indica quanto o consumidor pode adquirir, dadas várias alternativas de preços de um bem ou serviço. Como exemplo, suponha-se que ao preço de R\$ 2,00, o consumidor pode consumir, dada sua renda, 10 unidades; se o preço aumentar para R\$ 3,00, o consumidor poderá consumir 8 unidades, e assim por diante. Nesse sentido, a demanda não representa a compra efetiva, mas a intenção de comprar, a dados preços. A demanda é um fluxo, porque é definida para determinado período de tempo (semana, mês, ano).

Existem alguns fundamentos da teoria da demanda que são de suma importância. Vasconcellos (2011) destaca como sendo:

- **Valor da utilidade:** representa o grau de satisfação ou bem-estar que os consumidores atribuem a bens e serviços que podem

adquirir no mercado. Pressupõe que o valor de um bem se forma por sua demanda, isto é, pela satisfação que o bem representa para o consumidor. Ela é, portanto, subjetiva, e representa a chamada visão utilitarista, em que prepondera a soberania do consumidor, pilar do capitalismo.

Essa teoria contrapõe-se a chamada Teoria do Valor Trabalho, desenvolvida pelos economistas clássicos (Malthus, Smith, Ricardo, Marx) que considera que o valor de um bem se forma do lado da oferta, mediante os custos do trabalho incorporado ao bem.

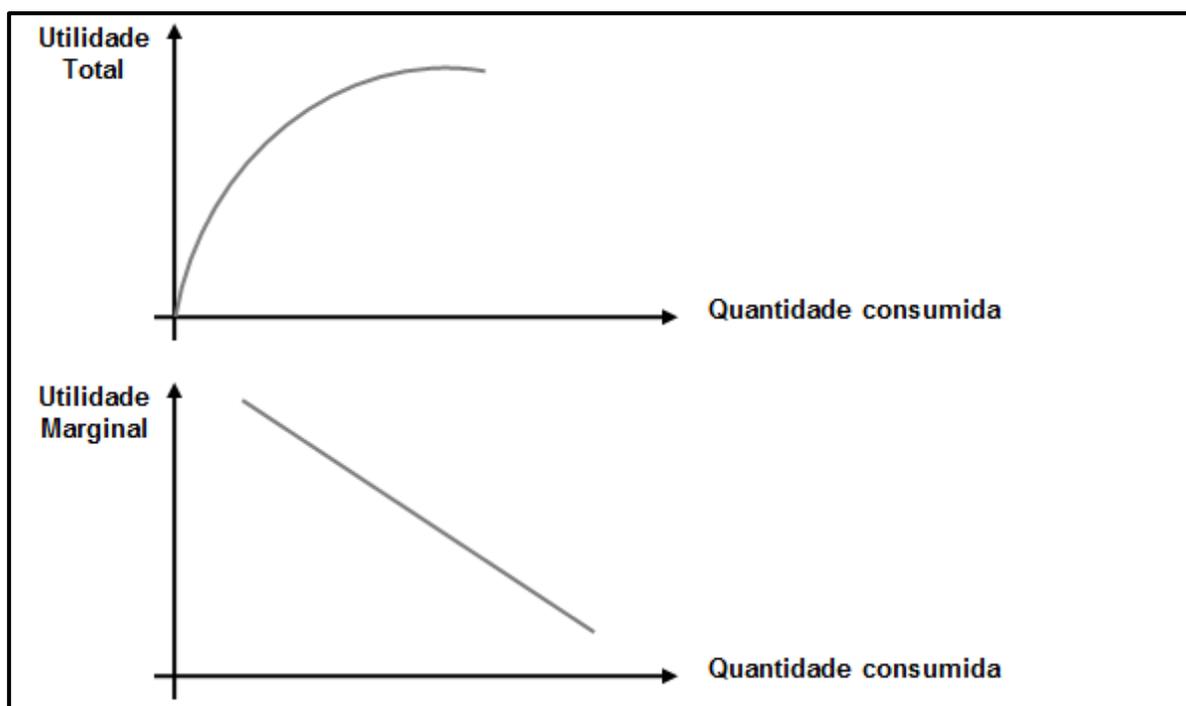
Desta forma, torna-se necessário para o desenvolvimento deste compreender os conceitos de utilidade total e utilidade marginal, do consumo de unidades iguais de um produto.

A utilidade total, conforme salienta Vasconcellos (2011), tende a aumentar quanto maior a quantidade consumida do bem ou serviço.

Ainda segundo o autor acima citado, a utilidade marginal é a satisfação adicional (na margem) obtida pelo consumo de mais uma unidade do bem, é decrescente, porque o consumidor vai saturando-se desse bem, quanto mais o consome.

Decorre da utilidade marginal a chamada Lei da Utilidade Marginal Decrescente também denominada Primeira Lei de Gossen (Hermann Heinrich, 1810-1858), estabelece que a intensidade de uma necessidade diminui na medida em que esta necessidade é satisfeita pelo consumo de bens e serviços, e desaparece por completo quando o consumo atinge o nível de saturação.

Graficamente, via de regra, o comportamento da curva de utilidade total e utilidade marginal encontram-se exemplificados na figura 1:

Figura 1 – Gráfico da utilidade total e utilidade marginal

Fonte: VASCONCELLOS, 2011, p. 33

Adaptação: a Autora

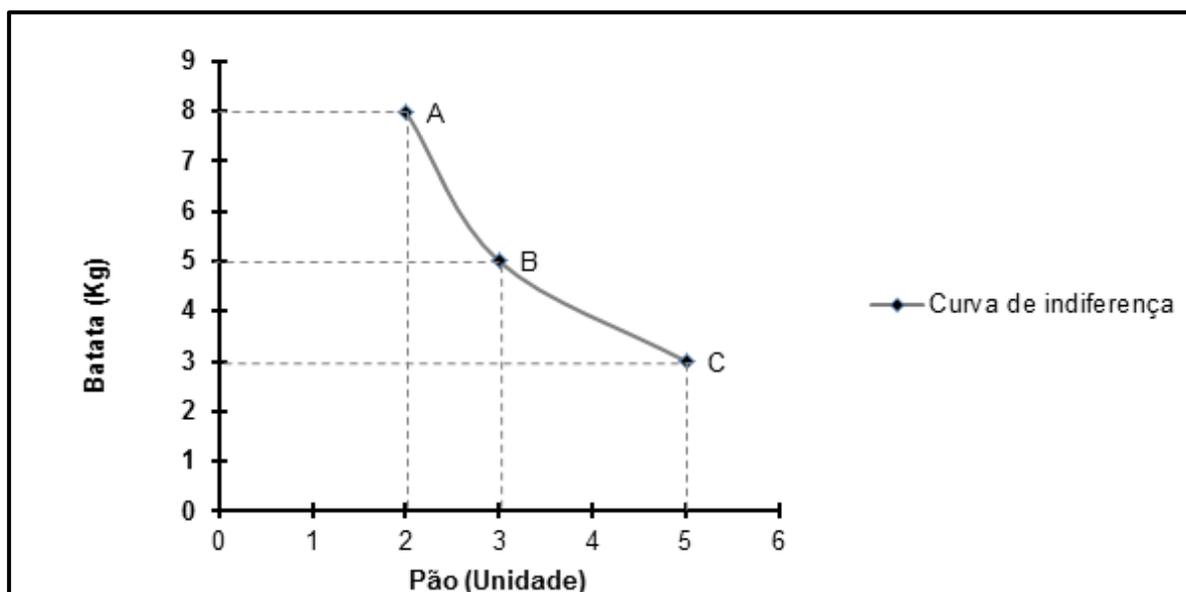
A teoria da demanda tem como hipótese básica que o consumidor está maximizando sua utilidade ou bem-estar, limitado por seu nível de renda e pelos preços de bens e serviços que pretende adquirir no mercado.

Para ilustrar, utilizam-se os conceitos de curva de indiferença e restrição orçamentária, os quais fazem parte da Teoria do Consumidor evidenciada na Teoria Microeconômica.

Ainda tendo como referencial Vasconcellos (2011) observa-se que uma curva de indiferença vem a ser uma representação gráfica que seve para ilustrar as preferências do consumidor quando este pode fazer diversas combinações entre dois produtos, para obter o mesmo grau de satisfação. Graficamente, tem-se um conjunto de pares ordenados que representam diferentes combinações de bens que dão ao consumidor o mesmo nível de utilidade.

Para exemplificar, suponha-se um consumidor que seja indiferente à combinação de dois produtos, sendo eles pão e batata. Independente dos preços praticados no mercado e da sua renda percebida, o mesmo será indiferente para as seguintes combinações, descritas na figura 2:

Figura 2 – Gráfico da curva de indiferença para o consumo de pão e batata de um consumidor hipotético



Fonte: VASCONCELLOS, 2011, p. 34

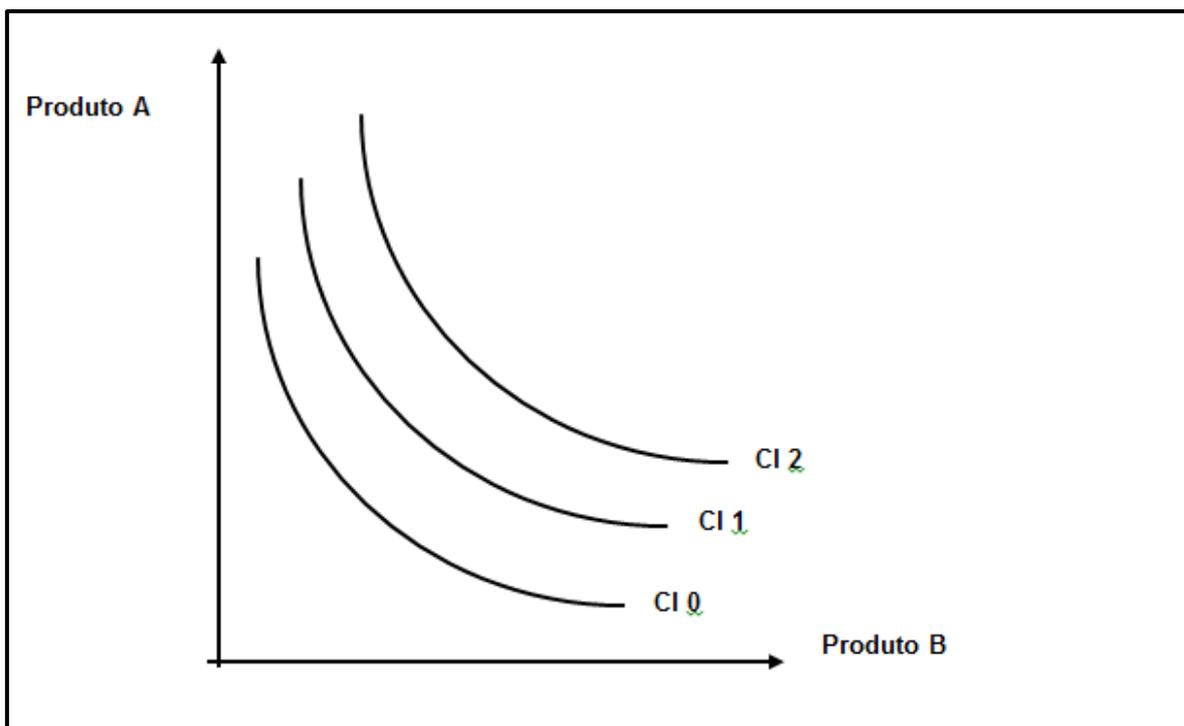
Adaptação: a Autora

Uma curva de indiferença, basicamente, apresenta duas características distintas, conforme salienta Vasconcellos (2011), sendo elas:

1. **Inclinação negativa:** devido à necessidade de manter o mesmo nível de bem-estar, ao aumentar o consumo de um bem determinado, necessitamos reduzir o consumo de outro, que assim é substituído.
2. **Convexidade em relação à origem:** a taxa marginal de substituição vai diminuindo à medida que aumenta a quantidade de carne e reduzimos a quantidade de batatas. Isso é consequência da menor capacidade de substituir batatas por carne, quando diminuirmos as primeiras e aumentamos a segunda.

Cada curva de indiferença representa um determinado nível de utilidade. Quanto mais alta for a curva de indiferença ou mais distante da origem gráfica, maior será a satisfação que o consumidor pode obter, no consumo dos dois bens, por representar combinações com maiores quantidades dos produtos em análise. Várias curvas de indiferenças compõem o denominado mapa de indiferença, conforme representado na figura 3:

Figura 3 – Mapa de indiferença hipotético



Fonte: VASCONCELLOS, 2011, P. 35

Adaptação: a Autora

Se o consumidor pode ser indiferente à combinação que lhe proporcione o mesmo grau de satisfação, o mesmo estará limitado ao consumo de dois bens pela chamada linha de restrição orçamentária.

Segundo Vasconcellos (2011, p.35) uma linha de restrição orçamentária vem a ser o montante de renda disponível do consumidor, em dado período de tempo. Ela limita as possibilidades de consumo, condicionando quanto ele pode gastar, ou seja, enquanto a curva de indiferença refere-se ao conjunto de bens e serviços que o consumidor deseja adquirir, considerando apenas as preferências subjetivas do consumidor, a restrição orçamentária condicionará o conjunto possível de bens e serviços que o consumidor pode adquirir.

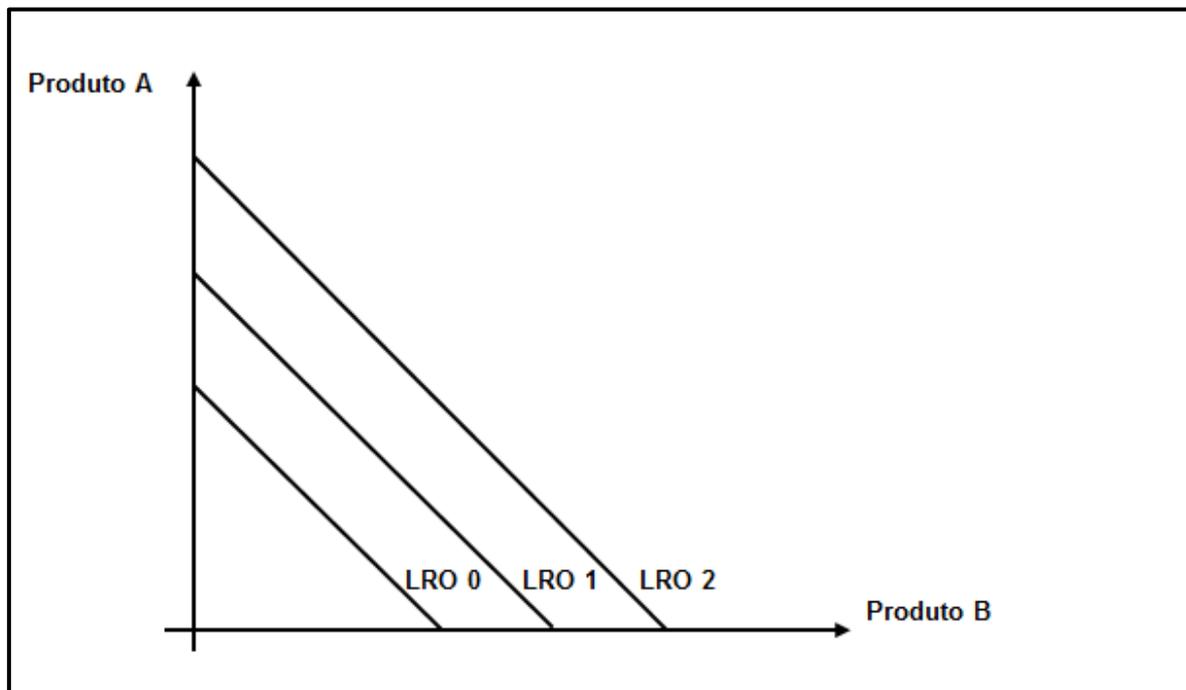
Conforme Byrns & Stone (1996, p. 136)

*as linhas **orçamentárias** representam as escolhas disponíveis para os consumidores que deparam com preços constantes e tem determinados níveis de renda.*

Assim, a linha orçamentária também representa um menu de opções que o consumidor poderá comprar, de acordo com sua renda e dados os preços dos

bens considerados. Graficamente, via de regra, a representação da linha de restrição orçamentária se dá conforme a figura 4:

Figura 4 – Gráfico das linhas de restrição orçamentária:



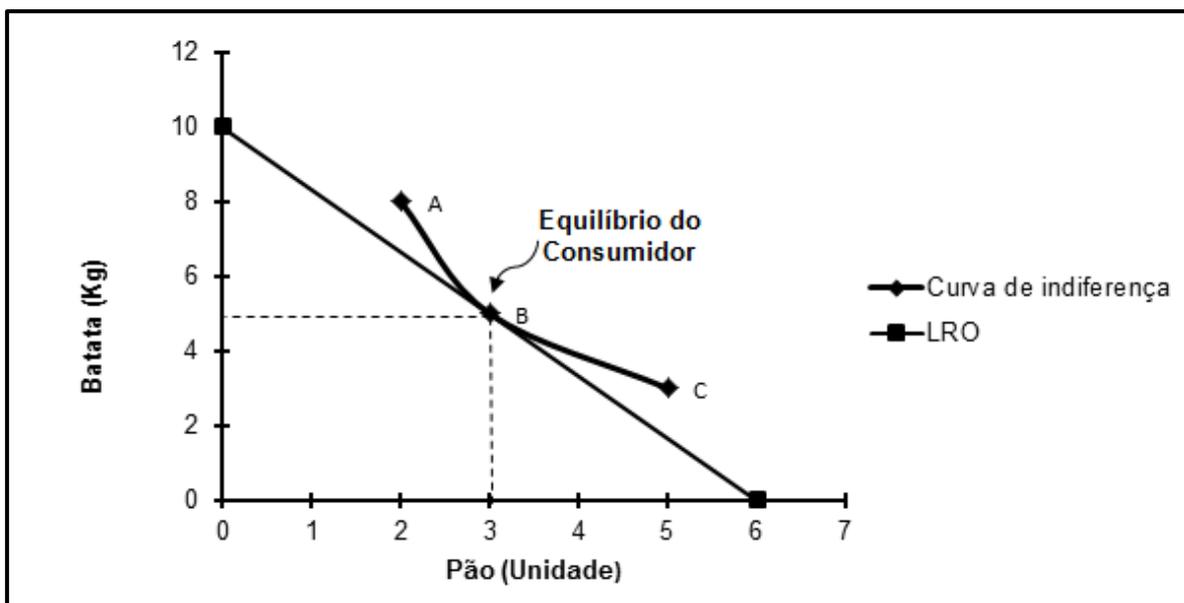
Fonte: VASCONCELLOS, 2011, p. 35

Adaptação: a Autora

Portanto, a LRO representa pontos em que o consumidor gasta toda sua renda na compra de dois bens. Abaixo da reta, ele está gastando abaixo do que poderia, formando um excedente ou poupança. Pontos ou combinações acima da LRO demonstram que o consumidor não tem condições de adquiri-los com a renda de que dispõe e aos preços praticados pelo mercado.

Para que o consumidor consiga estabelecer um ponto onde possa gastar toda a sua renda, entre dois produtos, utilizando-se da linha de restrição orçamentária e, ao mesmo tempo, maximizar a sua satisfação, o mesmo conseguirá quando a curva de indiferença tangenciar a linha de restrição orçamentária, pois nesse ponto sua renda iguala ao dispêndio efetuado com as quantidades determinadas para os produtos em análise. Diz-se, assim, que o consumidor obteve o seu equilíbrio, pela análise das curvas de indiferenças e linha de restrição orçamentária.

Figura 5 – Equilíbrio do consumidor:



Fonte: VASCONCELLOS, 2011, p. 36

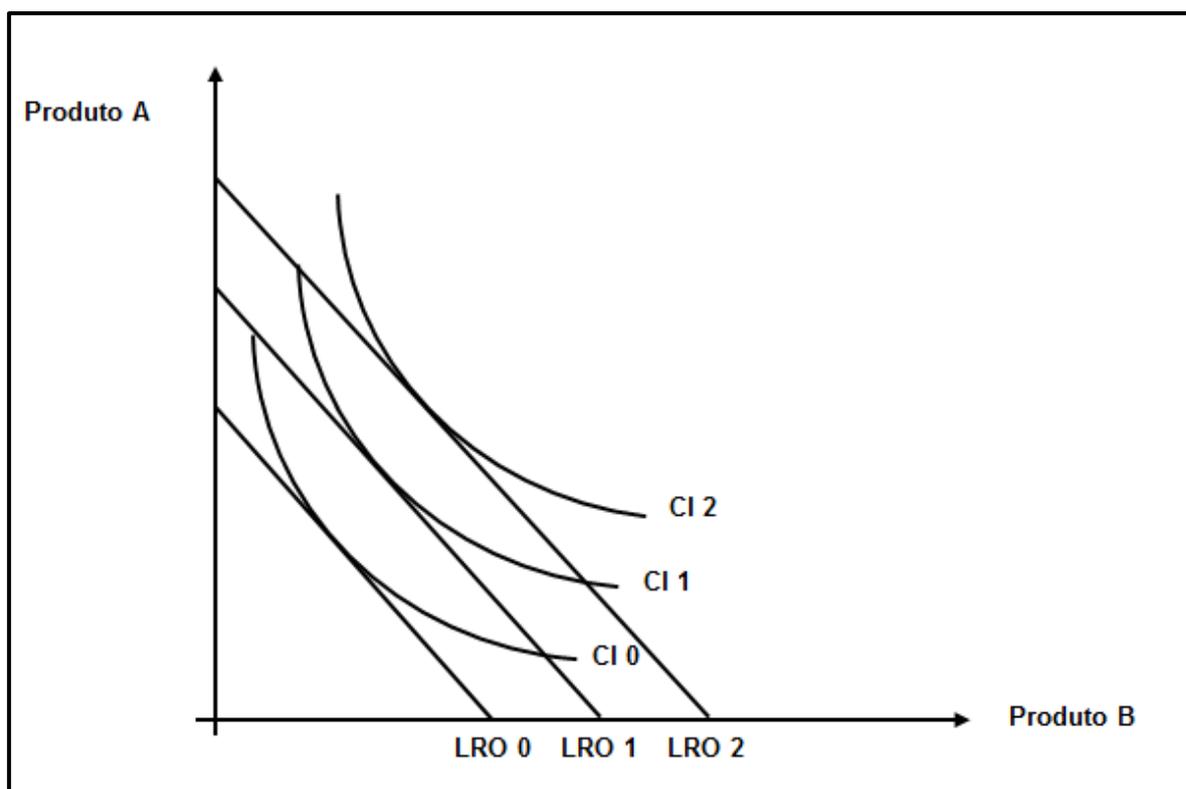
Adaptação: a Autora

Uma vez alcançado o ponto B – representado na figura 5, na qual o consumidor irá optar por 5 quilos de batata e três unidades de pão, não haverá incentivos para que ele realize uma relocação de sua renda gasta no consumo dos dois bens. Em outras palavras, se o consumidor relocasse sua renda, reduzindo o consumo de um dos bens e aumentando o consumo do outro, o aumento de bem-estar gerado pelo maior consumo seria exatamente compensado pela redução do bem-estar decorrente da diminuição do consumo do primeiro bem.

Se a renda do consumidor aumentar ou os preços dos bens e serviços que ele deseja adquirir se reduzir, a reta orçamentária eleva-se e permite que esse consumidor atinja níveis maiores de satisfação (isto é, uma curva de indiferença mais elevada), podendo adquirir outras combinações contendo quantidades maiores dos produtos em análise. O fato inverso também é possível, quando da retração da renda do consumidor ou da elevação dos preços dos produtos em análise.

A figura 6 ilustra o ocorrido pela expansão da renda do consumidor.

Figura 6 – Gráfico das mudanças no equilíbrio do consumidor:



Fonte: VASCONCELLOS, 2011, p. 37

Adaptação: a Autora

Por esta relação fica evidenciado que o consumidor sempre busca situações que maximizem sua satisfação, dada sua renda e os preços dos bens e serviços que deseja adquirir.

Com base no texto de Thompson Jr & Formby (1998, p. 49-60), as mudanças que ocorrem na renda do consumidor irão provocar alterações nas quantidades de bens que ele compra. Isso se deve ao fato de que a demanda do consumidor é limitada pelo seu poder de obter renda. Para avaliar o impacto das mudanças na renda do consumidor sobre suas compras de bens e serviços, tendo como informação os preços dos produtos, bem como as preferências do consumidor permaneçam inalterados.

Observa-se, entretanto, que o modelo, embora extremamente ilustrativo, difere com a realidade. Pois se os consumidores agissem de forma racional não haveria indivíduos endividados, o que remete a importância do capítulo 3, onde será abordada a questão da educação financeira. Antes, porém, o capítulo irá demonstrar a questão da visão macroeconômica sobre o consumo.

2. O CONSUMO E POUPANÇA

Segundo Gastaldi (1999, p. 423),

O consumo constitui a fase final da atividade econômica. Pela produção foram criadas as utilidades consumíveis. Agora as necessidades serão satisfeitas, mediata ou imediatamente.

O consumo constitui o objetivo social da produção, pela utilização e aproveitamento dos produtos e serviços, para o bem-estar social e satisfação dos gozos humanos; promovendo melhor emprego possível da riqueza disponível. Conforme Gastaldi (1999, p. 423) *“Produzimos para consumir e, se consumimos, é porque produzimos”*.

De acordo com Gastaldi (1999, p. 424), o consumo das riquezas poderá ser improdutivo, reprodutivo, material ou imaterial, público ou privado, previsto ou não previsto, mediato, imediato ou de previdência.

Segundo Sandroni (1999, p. 126), consumo pode ser conceituado como sendo a utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa.

Observa-se, ainda, pelo autor que o consumo é o objetivo ou a fase final do processo produtivo, precedida pelas etapas de fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização.

Nota-se que geralmente, o consumo é considerado uma atividade que se desenvolve no âmbito das unidades familiares. Embora também se verifique o consumo no interior das empresas e no governo.

2.1 A CLASSIFICAÇÃO USUAL DOS BENS DE CONSUMO

Existem vários tipos de bens: os de consumo duráveis e não duráveis, os complementares, intermediários, de capital e livres conforme destaca Sandroni (1999, páginas 51-52):

Bens: tudo o que tem utilidade, podendo satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência. Os bens econômicos são aqueles relativamente escassos ou que demandam trabalho humano. Existem vários tipos de bens econômicos, podendo-se distingui-los por sua

natureza, por sua função na produção, por suas relações com outros bens, por suas peculiaridades no que se refere à comercialização etc. Entre as principais distinções feitas pelos economistas estão: os bens de consumo, os bens de capital ou de produção, os bens duráveis, os bens não duráveis, os bens mistos, os bens necessários, os bens supérfluos, os bens complementares e os bens sucedâneos.

Para melhor elucidar as características de cada classificação sobre os bens o quadro a seguir contempla tais características.

Quadro 1 – Classificação e características dos bens.

| Classificação | Descrição |
|---------------------|---|
| Bens Complementares | São os bens econômicos que devem ser combinados para satisfazer uma necessidade; usados em conjunto, eles aumentam sua utilidade. Exemplos de bens complementares são o café e o açúcar, o automóvel e a gasolina, a eletricidade e a lâmpada elétrica. Do ponto de vista mercadológico, os bens complementares apresentam certas peculiaridades porque a comercialização de cada um deles está associada à do outro: quando ocorre, por exemplo, uma queda significativa na demanda dos cigarros, é de esperar uma queda correspondente na demanda de isqueiros. |
| Bens de Capital | São bens que servem para a produção de outros bens, especialmente os bens de consumo, tais como máquinas, equipamentos, material de transporte e instalações de uma indústria. Alguns autores usam a expressão bens de capital como sinônimo de bens de produção; outros preferem usar esta última expressão para designar algo mais genérico, que inclui ainda os bens intermediários e as matérias-primas. |

Quadro 1 – Classificação e características dos bens.

Cont.

| Classificação | Descrição |
|--------------------------|---|
| Bens de Consumo Duráveis | <p>Bens de consumo que prestam serviço durante um período de tempo relativamente longo, como uma máquina de lavar roupa ou um automóvel. Diferem dos bens de consumo não duráveis, como os alimentos, que são usados uma única vez. Além dessa diferença intrínseca, os bens de consumo duráveis diferem dos não duráveis pelo fato de que sua comercialização está sujeita a oscilações muito maiores, devido a modismos, à situação econômica geral e a outras influências.</p> |
| Bens Duráveis | <p>Categoria de bens que têm utilidade durante um grande período de tempo, abrangendo, portanto, os bens de consumo duráveis e os bens de capital. As indústrias que produzem bens duráveis são muito mais afetadas pelas crises econômicas do que as que se dedicam aos bens não duráveis. Sua expansão é de tal modo condicionada pela expansão do consumo — conforme o princípio da aceleração — que qualquer queda ou simples nivelamento na procura dos bens não duráveis implica violenta queda na produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis.</p> |
| Bens Livres | <p>Bens que satisfazem necessidades e suprem carências, mas são tão abundantes na natureza que não podem ser monopolizados nem exigem trabalho algum para ser produzidos, não tendo, portanto, preço; por exemplo, o ar ou a luz do sol.</p> |

Quadro 1 – Classificação e características dos bens.

Cont.

| | |
|---------------------|---|
| Bens Intermediários | <p>Bens manufaturados ou matérias-primas processadas que são empregados para a produção de outros bens ou produtos finais. O lingote de aço, originário de uma siderúrgica, é um bem intermediário que, numa fábrica de autopeças, pode se transformar em chassi, roda ou eixo, produtos que também são bens intermediários na fabricação do automóvel — um produto final, acabado. Os produtos intermediários, portanto, são insumos que em geral uma empresa compra de outra para elaboração dos produtos de sua especialidade. Até o produto final, a produção passa por uma cadeia de bens intermediários, em decorrência da divisão do trabalho.</p> |
| Bens-Salário | <p>Conjunto de bens que em cada país constitui a cesta de consumo básico do trabalhador, segundo seu padrão de vida. São formados pelos artigos de primeira necessidade para o trabalhador e sua família. Por lei, o salário mínimo deveria ser suficiente para proporcionar ao trabalhador essa quantidade mínima de bens, indispensáveis a sua sobrevivência familiar.</p> |

Fonte: SANDRONI 1999, p. 51-52.**Adaptação:** a Autora

2.2 A POUPANÇA

Quando se analisa o destino do produto global, na visão macroeconômica, tem-se que o mesmo se destina ao consumo (unidades familiares e governo), sendo que a parcela não consumida vai compor o excedente produtivo (poupança) que irá compor a chamada formação bruta de capital.

Dentro deste estudo a poupança individual tem incontestável importância, pois quando um indivíduo consegue deixar de gastar parte de sua renda na atualidade para gastá-la a posterior ele está tendo uma atitude econômica salutar ao não se endividar.

Para Gastaldi (1999, p. 432),

Poupança é a renda não consumida. Representa o resultado de uma abstinência ou de um consumo diferido. A soma das poupanças individuais públicas e empresariais é traduzida em lastros para investimentos.

Poupar, de acordo com Gastaldi (1999), significa gastar com moderação, sem excessos que possam prejudicar um futuro mais ou menos remoto.

A poupança pode ser entendida, segundo Gastaldi (1999, p.433), como parcimônia, arte de satisfazer as necessidades consumindo mais racionalmente, ou como aforamento, quando o homem coloca de lado parte dos seus bens, a fim de prover às necessidades futuras, é a previdência.

A poupança, na visão do autor acima citado, pode resultar de um ato de renúncia à satisfação de necessidades e desejos presentes, por um consumo mais racional, pela prática de atos de parcimônia, ou quando as necessidades deixam de ser satisfeitas em sua totalidade e de imediato, com reserva do valor da satisfação diferida, exercendo-se ato de aforamento, ela sempre representará ato de previsão econômica. Essa previsão é que permite a formação e acumulação de capitais utilizáveis para o futuro, tanto para produção como para o consumo.

Ainda conforme Gastaldi (1999, p. 434), a poupança pessoal é representada pela parte da renda pessoal disponível que não é gasta em bens de consumo segundo. Consumir renda significa gastá-la em bens para consumo corrente. A poupança será a parte da renda que não é despendida para o consumo. As poupanças, quando encaminhadas para o fim de aumentar o estoque de bem de

capital da comunidade, representam o investimento. Possibilitam a criação de empregos e renda para outras pessoas.

Conforme Keynes (1978, p. 9), existe uma relação entre consumo e renda, estável a curto prazo, e apenas lentamente modificável a médio prazo e existe também a propensão marginal a consumir, isto é, o acréscimo de consumo provocado pelo aumento de uma unidade de renda, é positivo, mas inferior a um.

O notório economista postula que a curto prazo o consumo depende apenas da renda. Admite que o investimento depende da taxa de juros.

A propensão marginal a consumir assegura a estabilidade do equilíbrio entre produto e despesa.

Há uma relação relevante entre consumo pessoal e a renda pessoal disponível que também está ligado a comportamento. Para exemplificar tal raciocínio, se os preços e a renda nominal sobem 5%, é de presumir que o consumo nominal também suba 5%. Se os preços permanecem estáveis e a renda sobe, não há razão para supor que o consumo cresça à mesma taxa.

De acordo com Heilbroner (1972, p. 88), a economia está dividida em três setores ou agentes econômicos: unidades familiares, governo e empresas. O setor mais importante é o setor das unidades familiares. É a partir dele que se pretende elucidar melhor a questão do consumo.

A renda pessoal disponível que os indivíduos auferem é determinada ao subtrair os pagamentos de impostos pessoais da renda. Tal montante apropriado pelas unidades familiares será utilizado para que esta faça a escolha crucial entre o montante a se gastar e o montante a se poupar.

O dispêndio de consumo se divide em três correntes principais, conforme Heilbroner (1972). A maior é a de bens não duráveis, como alimentos, roupas e outros itens cuja vida econômica do bem é curta. Em segundo lugar vem um tipo de dispêndio que recebe a denominação de serviços de consumo, que abrange aluguéis, serviços de médicos, advogados ou barbeiros, entradas de teatro ou de cinema, transporte de táxi, ônibus, avião, etc., onde não se compra um bem físico, mas o serviço desempenhado por alguém ou por algum equipamento. Por último vem os bens de consumo duráveis, que podem ser carros, eletrodomésticos, cuja vida econômica é consideravelmente maior do que a dos não duráveis.

O consumo é a atividade econômica essencial. A menos que haja um colapso total no sistema social, as famílias consumirão pelo menos um mínimo básico. Mesmo em circunstâncias adversas as famílias buscam manter seus padrões de vida habituais. Assim, o consumo constitui uma espécie de base para o nível da atividade econômica global.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA PROPENSÃO A CONSUMIR

A propensão marginal a consumir foi desenvolvida na literatura econômica por John Maynard Keynes (1936), e divulgada em sua obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Significa que a relação entre consumo e renda é suficientemente firme para que se possa prever a quantia de consumo (ou a quantia de poupança) está associada a um dado nível de renda.

É possível basear tais previsões num quadro que permite ver a relação consumo-renda numa amplitude de variação bastante considerável. Para exemplificação, valendo-se do descrito por Heilbroner (1972, p. 99), a tabela 1 ilustra o descrito:

Tabela 1 – Propensão a consumir - em bilhões de dólares.

| Renda | Consumo | Poupança | % Consumo Sobre a Renda | % Poupança Sobre a Renda |
|-------|---------|----------|-------------------------|--------------------------|
| 100 | 80 | 20 | 80,00% | 20,00% |
| 110 | 87 | 23 | 79,09% | 20,91% |
| 120 | 92 | 28 | 76,67% | 23,33% |
| 130 | 95 | 35 | 73,08% | 26,92% |
| 140 | 97 | 43 | 69,29% | 30,71% |

Fonte: HEILBRONER, 1972, p. 99

Adaptação: a Autora

Observa-se pela tabela 1 que ao aumentar a renda do consumidor, a participação relativa do consumo na renda diminui, pois o aumento no valor monetário do consumo é menor do que o aumento monetário da renda. Essa relação é identificada como propensão média a consumir e demonstra que o consumidor não eleva seu consumo na mesma proporção do aumento da sua renda,

gerando desta forma um aumento na quantidade disponível para a formação de poupança.

O quadro da propensão a consumir em todas as sociedades industriais modernas tem uma configuração básica, apesar das variações, segundo Heilbroner (1972). A propensão a consumir, disse Keynes, refletia o fato de que, em média, o homem tende a aumentar o seu consumo à medida que sua renda se eleva, mas não nas mesmas proporções dessa elevação. Em outras palavras, à medida que as rendas das pessoas se elevam, também se elevam seu consumo e sua poupança, ou seja, as famílias não usariam todo o aumento da renda apenas no consumo.

A lei básica de Keynes implica que, havendo uma redução na renda, haverá alguma redução no volume de poupança, ou que a família não absorverá a queda de sua renda apenas pela redução de seu consumo.

Analisando ainda a tabela 1, que retrata a propensão a consumir, segundo dados extraídos de Heilbroner (1972, p. 99), é possível verificar dois modos de medir a relação econômica fundamental entre a renda e a poupança. Um deles é simplesmente tomar um determinado nível de renda e computar a relação percentual entre o consumo e a renda. Isso nos dá a propensão média a consumir. O outro modo é a propensão marginal a poupar, que refere-se à tendência para poupar consoante o rendimento disponível. Esta propensão varia entre 0 e 1. Se a propensão for 0,06, isto significa que se o rendimento aumentar em uma unidade monetária, a poupança aumenta em 0,06 unidades, e o resto é destinado ao consumo. Num modelo keynesiano, a propensão marginal a poupar é igual a 1 menos a propensão marginal a consumir.

A propensão média a consumir, em outras palavras, mostra como uma sociedade, família ou um indivíduo, em qualquer momento, divide sua renda total entre consumo e poupança. Trata-se assim de um tipo de medida do comportamento da poupança a longo prazo, pois as proporções na qual o agente econômico avaliado divide sua renda entre poupança e consumo refletem os hábitos consolidados que não se modificam com facilidade.

Tabela 2 – Propensão marginal a consumir - em bilhões de dólares.

| Renda | Consumo | Variação na renda | Variação no Consumo | Propensão Marginal a Consumir* |
|-------|---------|-------------------|---------------------|--------------------------------|
| 100 | 80 | - | - | - |
| 110 | 87 | 10 | 7 | 0,70 |
| 120 | 92 | 10 | 5 | 0,50 |
| 130 | 95 | 10 | 3 | 0,30 |
| 140 | 97 | 10 | 2 | 0,20 |

Fonte: HEILBRONER, 1972, p. 101

Adaptação: a Autora

* Propensão Marginal a Consumir = Variação no consumo dividido pela variação na renda

Pode-se também usar os dados da tabela 1 para medir outro aspecto muito importante no comportamento da poupança: a forma pela qual as famílias dividem seus aumentos (ou reduções) na renda entre consumo e poupança. A tabela 2 ilustra a determinação da chamada propensão marginal a consumir:

Para Shapiro (1978, p. 162) em qualquer economia em que os indivíduos têm livre escolha, o volume total de despesas de consumo pessoal, em qualquer ano, é determinado basicamente pelo montante de renda disponível que aqueles indivíduos recebem naquele período de tempo. Ou seja, as despesas de consumo pessoal são determinadas exclusivamente pelo nível de renda pessoal disponível.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA PROPENSÃO A POUPAR

De acordo com Samuelson (2010, p. 367) a propensão marginal a poupar é definida como a parcela de uma unidade monetária adicional de renda disponível que se destina a poupança adicional. A renda disponível é igual ao consumo mais a poupança. Isso implica que cada unidade monetária adicional de renda deve ser dividida entre consumo e poupança adicionais. Assim, se a propensão marginal a consumir é igual a \$0,80, então a propensão marginal a poupar tem de ser \$ 0,20.

Conforme a teoria geral de Keynes o investimento é sempre igual à poupança. Essa igualdade é uma condição de equilíbrio independentemente do nível de emprego que possa existir. A igualdade entre o investimento e a poupança é uma consequência das variações do nível de rendimento.

De acordo com Dillard (1993, p. 57) a poupança se define como excesso do rendimento sobre o gasto de consumo. Essa definição é aplicável à poupança individual e à poupança agregada do sistema econômico.

O ato de poupar se resume em se prevenir, se precaver financeiramente para aquisições, investimentos futuros ou até mesmo para suprir necessidades imediatas, por conta de imprevistos, por exemplo.

A poupança se faz necessária para uma boa base financeira estável. Caso precise de um socorro, por exemplo, ao invés de se recorrer a crédito pessoal, cartões, cheque, empréstimos, que são fatores que levam a pessoa ao endividamento, se há uma poupança, basta recorrer à ela, a qual estará à disposição para utilização de seus fundos a qualquer momento.

2.5 POUPAR PARA PODER INVESTIR

Como pode ser verificado na teoria Keynesiana, a população demanda moeda para transação, precaução e especulação. A moeda para transação está destinada aos atos de compra, de venda, de aquisições, ou seja, ao consumo.

A moeda para precaução é a poupança em si e a moeda para especulação é uma transação de teor financeiro em que os lucros estão subordinados à variabilidade ou instabilidade do mercado.

A meta da educação financeira é a moeda para precaução, pois quando o indivíduo poupa para precaução ele pode usufruir parte para especular e fazer com que a moeda entre no chamado círculo virtuoso.

É melhor poupar para adquirir no futuro um bem desejado, pagando à vista um preço menor, do que comprá-lo parcelado com pagamento de juros. A dificuldade de muitas pessoas está em determinar se é viável ter o bem no momento atual, mesmo que tenha que pagar juros, ou deixar para adquiri-lo no futuro, pagando menos. Muitos indivíduos são tomados pelo impulso e não conseguem esperar. É aí que deve entrar a educação financeira, na preparação do indivíduo diante a fortaleza da mídia, das propagandas, do impulso de ter e não de ser.

O autocontrole, a determinação são princípios importantes na busca pelo sucesso da educação financeira, do controle orçamentário mediante um bom planejamento. Visando melhor compreensão do que vem a ser a educação financeira o próximo capítulo abordará o tema.

3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com site do Banco Central do Brasil - BCB², a educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros.

É notório que com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas – que minimizem perdas ou maximizem satisfações, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui de modo consistente e irreversível, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o desempenho das finanças pessoais no presente e no futuro.

Também, com informações contidas no site Minhas Economias³, é possível contextualizar que a educação financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. É muito mais que isso. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para aproveitar os prazeres da vida e ao mesmo tempo obter uma garantia para eventuais imprevistos.

3.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL

Cotidianamente, as decisões de caráter financeiro são tomadas e estas, por sua vez, geram impactos na vida pessoal dos indivíduos, podendo refletir sobre o seu comportamento na vida profissional.

O estudo das finanças pessoais envolve conceitos e técnicas fundamentais para a existência de uma gestão eficiente da renda, bem como na

² BCB – Banco Central do Brasil, disponível em <http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>, acessado em 20/08/2013.

³ Minhas Finanças – site especializado em finanças pessoais e familiares, disponível em <http://www.minhaseconomias.com.br/educacao-financeira>, acessado em 20/08/2013.

orientação da forma como se pode proceder ao consumo, principalmente de bens supérfluos ou de capitais, de uma família.

A poupança, compreendida como a parcela da renda não consumida, pode produzir uma segurança necessária para o indivíduo, por permitir que o mesmo possua moeda para o motivo precaução.

Evidentemente, poupar exige o adiamento do consumo presente, visando o consumo de algo maior no futuro. Dois objetivos motivam as pessoas a poupar, sendo um deles a possibilidade de consumir mais em certo tempo e o outro as adversidades causadas pelo envelhecimento e a queda de produtividade para a geração de receitas suficientes para arcar com as despesas.

Os investimentos de uma pessoa podem ser mais precisos e planejados de acordo com as suas necessidades de curto e longo prazo, resultando em ganhos maiores para as finanças pessoais. Essa é uma atividade que requer compreensão do funcionamento dos juros compostos, das incidências tributárias existentes nas aplicações financeiras, ou seja, do mercado financeiro e de capitais.

3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

No Brasil, as mudanças trazidas principalmente pela estabilização da economia e a queda da inflação alterou a forma como várias pessoas passaram a lidar com seus recursos financeiros.

Observa-se no cotidiano, através das informações disponibilizadas o quanto a população encontra-se endividada, o montante capitalizado mensalmente em aplicações de cadernetas de poupanças, movimento do mercado imobiliário, movimento do mercado automobilístico, entre outros.

A educação financeira pessoal é fundamental nas sociedades contemporâneas, ou seja, é importante para todos os sistemas econômicas, sejam eles de mercado ou não visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias.

É possível ser observado o surgimento de iniciativas para a criação de um cenário que possibilite uma maior difusão de informações financeiras para a

população. A alfabetização financeira é um processo de educação e de responsabilidade do país, das escolas, do governo e das instituições privadas, envolvendo vários atores sociais.

Um exemplo vem a ser a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) que disponibiliza a sociedade, através do seu Programa Educacional que engloba cursos e palestras, conceitos sobre o tema educação financeira. Este programa difunde informações a respeito de hábitos de poupança, tipos de investimentos e planejamento de finanças pessoais, além de orientar sobre a importância destes conceitos para o desenvolvimento da economia do país.

Outro exemplo, proveniente do âmbito do governo federal do Brasil vem a ser o que o Banco Central do Brasil (BCB) desenvolveu. Denominado de Programa de Educação Financeira, o mesmo visa orientar melhor as pessoas sobre a importância do planejamento financeiro e também para auxiliá-los a entender melhor o funcionamento da economia, assim como de seus agentes e instrumentos.

O Programa atua em vários níveis para a divulgação de informações financeiras para a sociedade, contendo programas para o ensino Fundamental e Médio, momento importante para a formação adulta. Embora as informações estejam disponíveis no site da instituição, o mesmo carece de uma divulgação melhor, para que os indivíduos, principalmente com dificuldades de acesso, possam conhecê-lo.

3.3 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Conforme o informativo contido no site do BCB⁴, tem-se que ao promover ações de educação financeira, no âmbito de um programa integrado, o Banco Central do Brasil busca atingir as dimensões cognitivas, atitudinal e comportamental.

No âmbito cognitivo, o Programa de Educação Financeira do Banco Central tem por objetivos proporcionar conhecimentos sobre o uso do dinheiro

⁴ BCB – Banco Central do Brasil, disponível em <http://www.bcb.gov.br/?PEF-BC>, acessado em 31/07/2013.

(moeda), divulgar os canais para que a população possa acessar as informações geradas pelo Sistema Financeiro Nacional – SFN, além de divulgar o papel do próprio Banco Central. Em outras palavras, vem a ser um conjunto básico de informações sobre moeda e o SFN.

Nas esferas das atitudes e do comportamento das pessoas, os objetivos são:

- incentivar o hábito de poupança;
- estimular a responsabilidade no uso do crédito; e
- promover mudanças de comportamentos com base nas boas práticas de finanças pessoais.

Em síntese, o programa visa conscientizar a população da necessidade de se demandar moeda para o motivo precaução, fazendo uso racional do crédito, além de evitar o endividamento.

O programa é voltado para a sociedade brasileira em geral, com foco nos clientes e usuários dos produtos e serviços financeiros. Entre os diversos segmentos da sociedade brasileira, classificados de acordo com seu ciclo de vida, estão eleitos como prioritários, além de outros segmentos, os estudantes de ensino superior.

A ressalva a esse programa concentra-se na sua divulgação. O mesmo deveria estar sendo veiculado nos sites oficiais do governo, bem como nas universidades públicas e privadas.

Além do programa acima descrito, o BCB também possui um programa voltado para o público universitário denominado de BC Universitário.

O público universitário é essencial para o alcance dos objetivos do Programa de Educação Financeira do Banco Central, por se tratar de público ávido por novos conhecimentos e que demonstra alto potencial de influência em suas famílias e demais círculos sociais.

A atenção a esse público se dá pelo fato de que os universitários constituem, em grande parte, os novos entrantes no mercado de trabalho, em futuro breve. Contribuem, também, para o aumento da renda das famílias e tendem a ser

responsáveis por tomar crédito de forma consciente e por formar poupança para o consumo próximo e para sua vida futura.

Aqui cabe a ressalva de dois aspectos importantes em relação a esse público: o primeiro aspecto deve-se ao fato da remuneração média de um universitário ser baixa, no período em que o mesmo encontra-se em fase de formação acadêmica; o segundo aspecto concentra-se nos seus gastos que envolvem dispêndios com a formação acadêmica e também com lazer, pois se trata de uma geração onde a grande maioria está na fase da vida identificada como juventude, onde é normal verificar seus gastos com festividades.

Direcionado a todo o público universitário, o BC Universidade tem como objetivo aproximar a autoridade monetária do estudante do ensino superior, utilizando-se, para isso, de linguagem simples, direta e com abrangência nacional. Assim, conforme descrito no programa, as mais de 2.500 instituições de ensino superior no país, com 6 milhões de estudantes, fora o corpo docente e de apoio das universidades públicas e privadas de todo o país, estão todas convidadas a participar!

Em 2012, ocorreram palestras sobre os seguintes temas: Sistema Financeiro Nacional; o Banco Central e suas funções; e Gestão de Finanças Pessoais.

Novamente faz-se necessário comentar que a divulgação do programa não é direcionada de forma clara e maciça aos universitários, conforme pode ser constatado nos sites de diversas instituições de ensino superior.

3.4 O ENSINO DAS FINANÇAS PESSOAIS

Alguns autores, como Gustavo Cerbasi e Elaine Toledo afirmam que se a criança desenvolve os moldes comportamentais e cognitivos antes e durante a escola elementar, a educação financeira deve ocorrer durante os primeiros estágios de desenvolvimento comportamental e cognitivo.

Pode-se afirmar que a educação é uma das grandes ferramentas para a redução de desigualdades sociais, evidenciando a importância para o crescimento financeiro de uma pessoa, uma sociedade e um país. Fica mais evidente esta

afirmação quando se analisa grandes nações que despertaram para o crescimento econômico a partir da educação, o que possibilitou o aumento da renda da sua população.

A famosa fábula da “Formiga e da Cigarra” de Esopo e recontada por Jean de La Fontaine, exemplifica muito bem uma eterna questão que as pessoas tentam resolver diariamente: *“Será melhor simplesmente aproveitar o dia de hoje ou nos preparar para o futuro”?*

Traduzindo isto em um exemplo prático, suponha que uma pessoa esteja passeando em um shopping e ao passar por uma loja se depara com uma roupa fantástica que ela sempre sonhou. Ela não tem mais dinheiro para adquiri-la a vista, pois sua renda está toda compromissada com seu orçamento mensal. Desta forma, o que ela pode fazer:

- compra a roupa parcelando no cartão de crédito, em 3 vezes, afinal ela merece. Nunca se sabe o dia de amanhã, mas ele vai ser melhor com esta roupa nova;
- não compra naquele momento. Mas volta para casa e começa a planejar o que fazer para economizar e comprá-la daqui a 3 meses.
- não compra naquele momento e nem depois. Afinal ela tem outros objetivos mais importantes e prioritários que ela deseja cumprir antes da compra da roupa.

Não se pode afirmar que existe uma resposta correta. Aliás, o indivíduo pode escolher respostas diferentes de acordo com o momento da sua vida pessoal, ou do cenário econômico em que se encontra inserido. O mais importante é que ele possa escolher uma resposta de modo consciente, que conheça as implicações de sua decisão e tenha uma atitude equilibrada. Isto é Educação Financeira.

Pode parecer uma atitude de fácil execução, mas que na prática acaba por se tornar difícil. Sendo assim, o objetivo da Educação Financeira vem a ser possibilitar a obtenção do equilíbrio financeiro.

Não desistir e não esperar soluções rápidas ou milagrosas é o princípio mental a ser visualizado inicialmente. É preciso que as pessoas possam dar “um

passo por vez” para poder obter os resultados almejados no longo prazo. As ações de consumo e poupança devem ser planejadas para um período de tempo que ultrapasse a um ano.

Provavelmente, todos os indivíduos, mais cedo ou mais tarde, irão constatar que possuem muitos objetivos para poucos recursos. O passo seguinte, na dinâmica do processo de controle financeiro, vem a ser a determinação da prioridade dos objetivos, estabelecendo metas de poupança.

Sempre que o indivíduo tiver que tomar uma decisão sobre “gastar ou não gastar”, o mesmo deve pensar no objetivo final. Pensar em como a decisão fará com que ele fique mais perto ou mais longe da sua meta.

Inicialmente, de uma maneira simples, a pessoa deve estabelecer ao menos um objetivo com relação ao seu dinheiro. Buscar uma meta bem simples e de curto prazo, de modo que a mesma possa conseguir visualizar os resultados mais facilmente. Isso permite que a mesma vá ganhando confiança no modelo de controle e análise. Em pouco tempo ela já estará buscando objetivos maiores e de longo prazo.

3.5 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Algumas pessoas acabam por experimentar uma sensação de que o seu salário simplesmente desapareceu sem saber como isso ocorreu. Cabe observar que alguns indivíduos não sabem o quanto recebem de salário mensalmente, pois acabam por confundir o valor do salário bruto e o valor do salário líquido. Além disso, existem aqueles que não sabem o quanto, como ou aonde gastam.

Para alterar esta situação elucidada torna-se necessário fazer um controle das receitas ganhas e das despesas ocorridas em um período determinado, ou seja, elaborar um orçamento financeiro pessoal.

Isto significa anotar diariamente cada despesa realizada e qual o meio de pagamento utilizado – dinheiro, cartão ou cheque. As despesas devem ser agrupadas em categorias – educação, alimentação, moradia, etc. – para que as pessoas possam realizar uma melhor análise. Feito isto, ela poderá verificar as

quantias gastas em cada categoria e então estabelecer um orçamento financeiro pessoal e um limite de gastos para cada categoria.

Planejar significa traçar um plano, programar, projetar. E o planejamento financeiro deve estabelecer e seguir uma estratégia, visando atingir objetivos, estratégia essa que poderá ser voltada para curto, médio ou longo prazo, vai depender da necessidade: compra de um sapato para trabalhar ou compra de um carro novo.

O planejamento financeiro, através de um conjunto de ações, controles e procedimentos, possibilita, entre outras coisas, montar um orçamento financeiro pessoal, acompanhar as contas, saber se há sobra ou falta de recursos, tomar providências para que possa ser estabilizado no caso de faltar recursos financeiros ou de se fazer investimentos quando há sobra de recursos.

O conhecimento perfeito das disponibilidades ou faltas de recursos permite o melhor gerenciamento dos recursos financeiros pessoais, ou seja, buscar recursos ou fazer investimentos, adiar compromissos, antecipar projetos, montar um orçamento visando a solução de problemas, planejar investimentos, antecipar-se aos problemas, não ser pego de surpresa, montar um planejamento visando atingir metas.

Em resumo, um planejamento financeiro bem feito é indispensável porque possibilita saber, com antecedência, quais são os caminhos que estão sendo trilhados, visando maximizar os resultados econômico-financeiros. Isso trás tranquilidade, menos estresse, além de possibilitar ao indivíduo melhorar sua capacidade de gerar renda, pois mais tranquilo um indivíduo é capaz de produzir mais e, conseqüentemente, aumentar seus ganhos.

Entretanto, é preciso tomar cuidado com os gastos em geral. Não se pode esquecer os pequenos gastos que parecem insignificantes. Acumulados, eles podem ter um impacto significativo no orçamento financeiro pessoal.

É necessário avaliar a relação custo/benefício dos atos de consumo em geral, pois a troca de um veículo para um representante comercial pode representar em ganho de produtividade, mas para uma família que utiliza o veículo apenas para se locomover dentro dos limites municipais pode representar a geração de gastos a mais.

Acompanhar os gastos com atenção permite que as pessoas passem a perceber que em algumas categorias existem gastos excessivos, ou, então, descobrir despesas desnecessárias, que poderiam ser adiadas.

3.6 O ENDIVIDAMENTO

A ausência da educação financeira na vida dos brasileiros tem se tornado motivo para um grande endividamento de muitos.

Diversos são os motivos que proporcionaram o aumento do endividamento dos indivíduos brasileiros, mas o principal fato, é a facilidade para o crédito. As instituições financeiras, por vezes, promovem facilidades ao crédito pessoal reduzindo os critérios de avaliações ou de garantias reais.

É possível verificar, na atualidade, bens como uma moto ou um carro sendo comercializado em 60 parcelas mensais e sem um sinal monetário de entrada. O problema evidenciado neste fato é o que se encontra oculto, pois as pessoas se preocupam apenas com o valor da parcela, e não com os juros e o valor real que será pago. O mesmo fenômeno pode ser verificado com os cartões de crédito, cheque especial e crediários.

O endividamento acontece quando o montante dos gastos mensais ultrapassam as receitas mensais, pois muitos não conseguem “avaliar” o que é necessário comprar ou não, além do que já compraram em longo prazo e os juros que já estão pagando.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ⁵ realiza periodicamente a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).

O percentual de famílias com dívida aumentou entre os meses de junho e julho. O indicador continua em patamar superior tanto na comparação quanto em relação a julho do ano anterior. Os percentuais com dívidas e contas em atraso e sem condições de pagar também apresentaram elevação em ambas bases

⁵ CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Disponível em: <www.cnc.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2013.

de comparação. Na pesquisa divulgada foram apresentados os seguintes resultados conforme demonstrado na tabela 3 e na figura 7 a seguir.

Tabela 3 – Síntese dos resultados da PEIC.

| Período | Total de endividados | Dívidas ou contas em atrasos | Não terão condições de pagar |
|---------|----------------------|------------------------------|------------------------------|
| jul/12 | 57,6% | 21,0% | 7,3% |
| jun/13 | 63,0% | 20,3% | 7,2% |
| jul/13 | 65,2% | 22,4% | 7,4% |

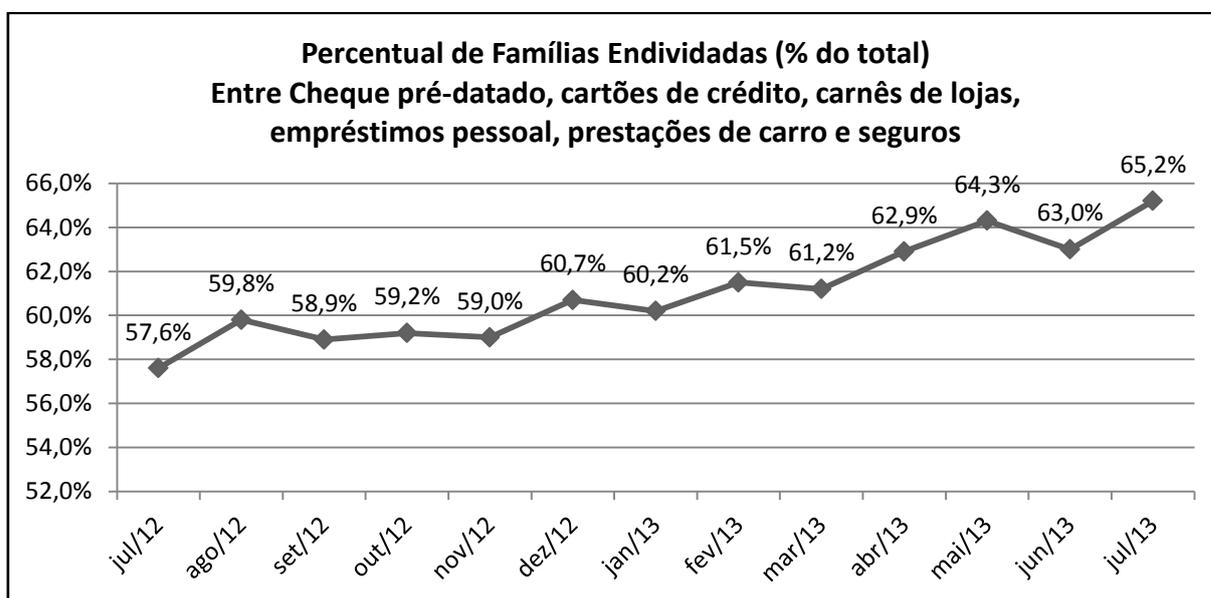
Fonte: PEIC, 07/2013, p. 02

Adaptação: a Autora

* Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo | Divisão Econômica 12/07/2013.

As famílias apresentaram endividamento devido a alguns fatores principais, como cheque, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguros conforme descrito abaixo.

Figura 7 – Gráfico dos Endividados segundo a PEIC



Fonte: PEIC, 07/2013, p. 03

Adaptação: a Autora

* Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo | Divisão Econômica 12/07/2013.

Para reverter o endividamento tem-se que o primeiro passo é o acompanhamento do orçamento financeiro pessoal constantemente.

No capítulo seguinte será demonstrado um estudo de caso no que se diz à utilização da educação financeira no dia-a-dia dos indivíduos. Será um estudo

de caso realizado mediante a adoção de um projeto de educação financeira numa empresa do setor sucroalcooleiro, localizada no interior do Estado de São Paulo.

4. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso, para fins corroboratórios do conteúdo teórico anteriormente descrito, foi realizado numa empresa do setor sucroalcooleiro, localizada no interior do Estado de São Paulo, a qual não terá a sua razão social ou nome fantasia divulgada, para fins de preservação da mesma.

A empresa foi constituída juridicamente no ano de 1983, para atender aos interesses nacionais lançados pelo Governo Federal, em 1975, com o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), o qual tinha por objetivo, reduzir a dependência do Brasil ao petróleo importado, face à dificuldade causada pela excessiva alta de preços mundiais.

Teve sua primeira produção na safra de 1985, com uma moagem de 228 mil toneladas de cana, o que proporcionou uma produção de 17,8 milhões de litros de álcool hidratado.

Sua missão é produzir e comercializar alimentos e energia com foco no mercado, satisfazendo os clientes e obtendo rentabilidade adequada, através do trabalho eficaz de todos.

Após 29 anos no mercado, o seu portfólio de produtos vem a ser: açúcar cristal, açúcar cristal peneirado, açúcar VHP, etanol anidro, etanol hidratado, energia elétrica, soja e sorgo.

Seu quadro de funcionários, até a presente data (ago/2013), é composta por aproximadamente 4.100 colaboradores entre diretos e indiretos.

Mantém alguns grupos de responsabilidade social ativos, dentre os quais, o Grupo de Educação Financeira – GEF, que teve seu início em outubro de 2005, o qual atualmente é composto por 18 membros da própria empresa.

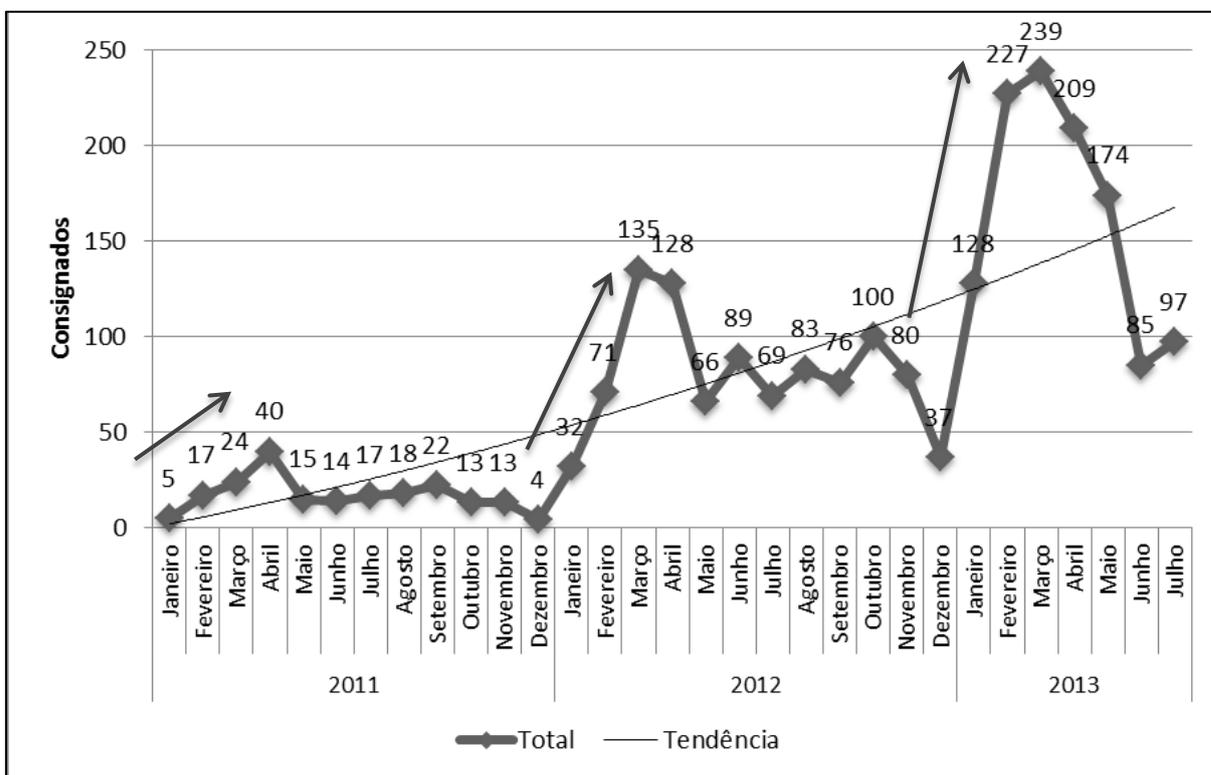
O GEF trabalha junto aos funcionários da empresa na difusão de pequenas mudanças comportamentais, relativas ao consumo e ao uso consciente do dinheiro, tendo como principal objetivo proporcionar aos demais colaboradores e respectivos familiares, conceitos sobre economia, práticas de educação financeira e outras atividades que visam a melhora da qualidade de vida dos mesmos.

Dentre as atividades realizadas pelo GEF pode-se citar:

- divulgação de notícias relacionadas à saúde financeira;
- dicas de economia;
- ações para divulgação a participação de familiares dos colaboradores,
- cursos gratuitos como culinária, artesanato, para gestantes; e
- aplicação de treinamentos sobre educação financeira para todos os colaboradores recém-admitidos.

A empresa possui como ferramenta de crédito o empréstimo consignado, onde o funcionário pode solicitar o valor, junto a instituição financeira por onde recebe o seu pagamento, de acordo com o seu salário base, parcelando em até 12 vezes mensais, sendo aplicado juros de até 1,80% a.m., sendo que as parcelas são descontadas diretamente em folha de pagamento.

Figura 8 – Número de pedidos de consignados mensal



Fonte: Dados obtidos na empresa pesquisada

Elaboração: a Autora

A figura 08 abaixo mostra o número de consignados liberados mensalmente pela empresa nos últimos 31 meses. Conforme pode ser observado,

nota-se um aumento no número de consignados de 2011 até julho de 2013, o que demonstra uma crescente busca por esse tipo de crédito para saldar dívidas, visto sua facilidade de aquisição.

A mesma figura demonstra também que, entre os meses de janeiro a abril, há um aumento significativo no número de consignados liberados. Um dos principais motivos dessa ocorrência nesse período se deve ao fim de safra da cana de açúcar, diminuindo as atividades produtivas da empresa, a qual ocorre no final do mês de novembro e, logo em seguida, a maioria dos colaboradores começa a entrar de férias a partir de dezembro, retornando entre janeiro e abril.

Estes colaboradores, quando retornam veem seus salários reduzidos devido às férias recebidas anteriormente e também ao período da entressafra da cana de açúcar, os quais deixam de receber adicionais por produtividade, insalubridade, periculosidade, horas extras e outros benefícios. Isso se deve ao fato da empresa entrar em período de entressafra, onde a mesma para de moer a cana de açúcar e inicia os processos de manutenções da indústria.

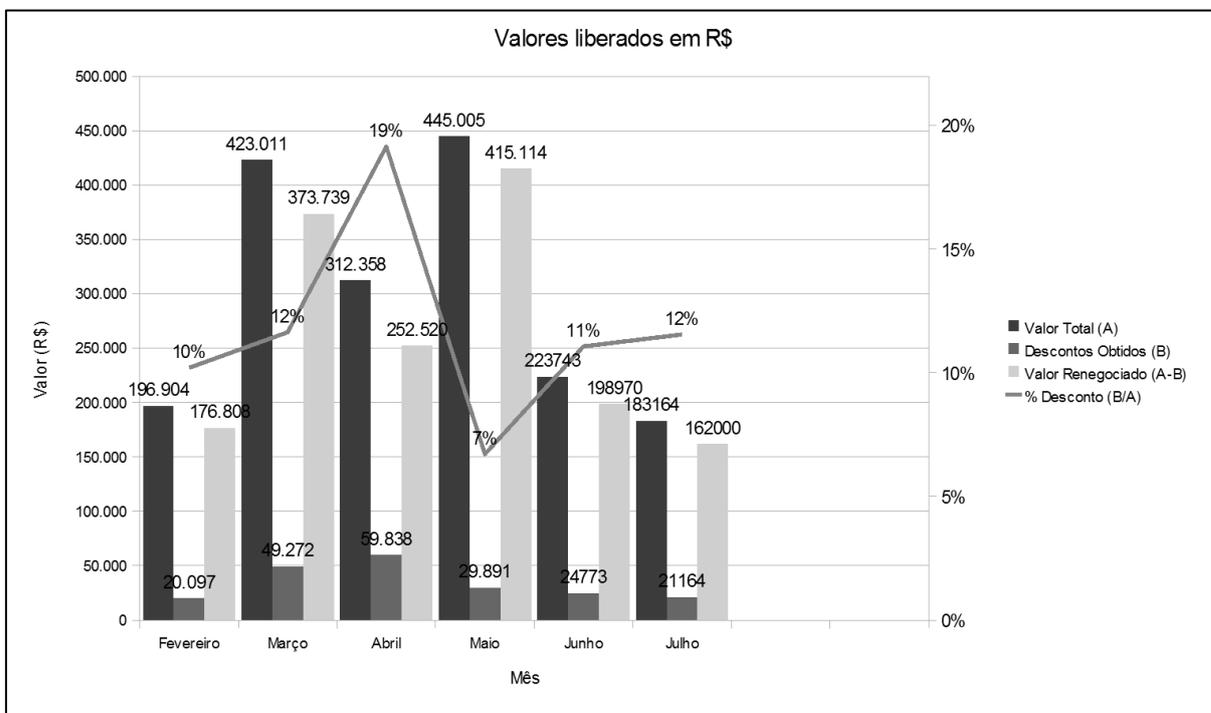
A partir de janeiro de 2013, a empresa adotou uma sistemática diferenciada para atendimento dos colaboradores, o qual passou a ser feito por um membro do grupo de educação financeira. Esse atendimento visa obter o maior número de informações possíveis sobre o grau de endividamento do colaborador, auxiliando e analisando mais de perto o orçamento dos mesmos e, dessa forma, identificar qual o valor total de suas dívidas, o que justifica o aumento significativo do número de consignados a partir de 2013 (ver figura 8).

O atendimento é feito mediante análise dos documentos referentes às dívidas do colaborador (faturas, boletos, carnês, propostas de acordo, negociações e comprovante de renda). Após a análise e identificação do valor total da dívida do mesmo, a proposta é passada para o departamento de recursos humanos que aprova e libera o empréstimo consignado total, o qual sairá com valor e número de prestações diferenciados e encaixados ao salário do colaborador, permitindo assim que o mesmo consiga pagar a dívida sem comprometer toda a renda.

Sempre que há necessidade e possibilidade, o atendente, junto ao colaborador, entra em contato com as empresas credoras para renegociar suas

dívidas, o que tem proporcionado grandes resultados e reduções significativas em suas dívidas totais, conforme pode ser verificado na figura 09 abaixo:

Figura 9 – Valores liberados com descontos obtidos nas renegociações



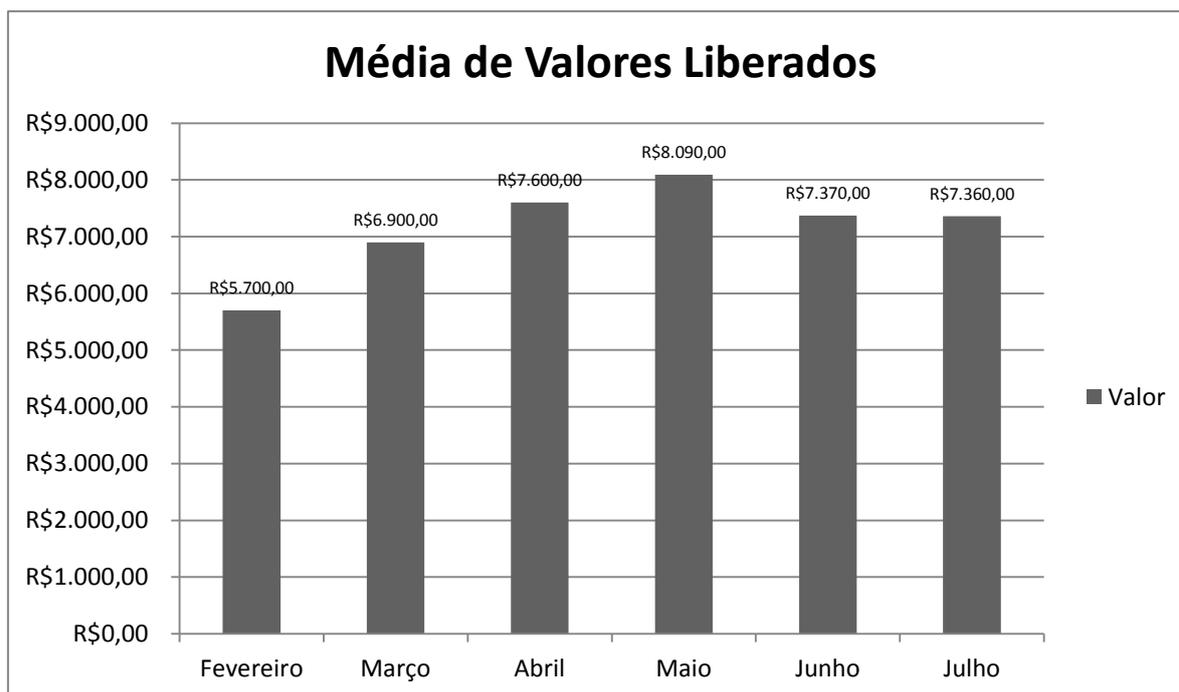
Fonte: Dados obtidos na empresa pesquisada

Elaboração: a Autora

De fevereiro a julho do ano de 2013 foram atendidos um total de 211 colaboradores, em média 35 por mês⁶.

Com relação aos valores liberados, segue gráfico abaixo:

⁶ Observação: conforme a empresa, esses atendimentos estão incluídos no total de consignados liberados neste ano.

Figura 10 – Média de Valores liberados por mês

Fonte: Dados obtidos na empresa pesquisada

Elaboração: a Autora

A partir desses dados, podemos observar que a média de valores liberados por colaborador vêm aumentando, variando 21 % de fevereiro para março, 10% de março para abril, 6,45% de abril para maio e passou a cair desse mês em diante, decrescendo em 8,90% de maio para junho, se mantendo estável no mês de julho.

Dentre as maiores causas do endividamento, segundo levantamentos do GEF, estão os gastos com prestações de financiamento de veículo, prestações de habitação, cartão de crédito, empréstimos pessoais e utilização do limite do cheque especial.

Esse projeto foi fundado com a intenção de melhor a produtividade do trabalhador, trazer uma melhor qualidade de vida para o mesmo e ajudá-lo a viver melhor com o dinheiro que ganha, visto que quando se está em dívida, há uma grande influência negativa em todos os setores, dentre familiar, profissional, psicológico.

O principal intuito da empresa é de evitar que o colaborador peça pra sair por motivo de dívidas, uma vez que nem sempre o seu acerto será suficiente

para quitar tudo que está em aberto, sendo que até sme restabelecer num novo emprego, a situação pode até piorar.

Em junho de 2013 a empresa estava com um total de 1.424 contratos de empréstimo consignado em aberto, número que se refere a 34,7% do total de funcionários, com endividamento total de aproximadamente R\$ 2,9 milhões. Em agosto de 2013 o número de contratos em aberto diminuiu em 6,7%, passando para 1.329, enquanto que o valor total em aberto teve aumento de 26,1% passando para aproximadamente R\$ 3.6 milhões.

Torna-se de fácil observação que o número de solicitações decresceu enquanto o valor total em aberto aumentou, o que pode se afirmar devido ao valor das liberações advindas de atendimentos particulares que tiveram valores totais de dívidas mais altas, levando o percentual de endividados ao declínio, para 32,4%, uma redução de 2,3%, porém com endividamento real maior.

Há um fator muito importante que também influencia no aumento do endividamento dos colaboradores, que é o período sazonal. Atualmente a empresa trabalha com dois períodos distintos, o da safra, que vai de abril a novembro de cada ano, e o da entressafra, que vai de dezembro a março do próximo ano.

Acontece que na safra, além do piso salarial de acordo com a função (salário de carteira), o colaborador recebe adicionais por produtividade, insalubridade, periculosidade, horas extras e dobras, o que não é acrescido no período de entressafra, por razão da empresa parar de moer para manutenção da indústria. É um período em que a maioria dos trabalhadores sai em férias e vem para ajudar na indústria, não havendo o giro dos turnos vespertino e noturno, os quais têm maiores acréscimos de salário.

Mesmo trabalhando na empresa há anos, vários trabalhadores pecam, no momento em que fazem seu orçamento em cima do salário de safra. Portanto, quando chega na entressafra, não conseguem manter o mesmo padrão de vida e acabam se endividando, sem contar, é claro, com o alto grau de consumismo atual e com a grande oferta de crédito existente no mercado.

A partir de 2014, será instituído o turno 5 por 1, onde todos os trabalhadores trabalham 5 dias e folgam 1, em consequência dessa modalidade de trabalho, não haverá mais o acúmulo de horas extras, dobras de turno, entre outras

formas de elevação do rendimento mensal. Assim o salário passará a ser um valor fixo durante o ano todo, acreditando, que será benéfico para os colaboradores, visto que poderão fazer seu orçamento em cima de um único valor e não haverá mais oscilação de valores entre período de safra e entre safra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente vive-se num mundo de comércio forte, muitas propagandas, grandes melhorias na tecnologia, que sempre vem trazendo produtos novos. E com tudo isso há um grande consumismo, onde muitas pessoas esquecem de planejar, pensar duas vezes antes de tomar decisões e acabam sendo levadas pelo impulso, na sede de ter sempre mais.

O desconhecimento e falta de controle de orçamento levam muitas famílias ao endividamento. Como foi verificado na empresa pesquisada, os colaboradores não se preocupam com o futuro, com o amanhã e esquecem de planejar, não costumam acompanhar seu orçamento, deixando que as despesas ultrapassem suas receitas, o levando ao endividamento.

É no auxílio, no ensinamento de como lidar com as finanças pessoais e utilizar ferramenta para tal fim, que deve a utilização da educação financeira, a qual deve ser aplicada desde à infância até a fase adulta, mostrando opções de controle e melhoria da saúde financeira, fazendo com que ela seja aliada, e não motivo de crise, desordem, endividamento. É importante educar financeiramente as crianças, incentivando ao uso do cofrinho, por exemplo, incentivando a poupança desde cedo, para que quando adultas já estejam preparadas para lidar com suas finanças.

Um fator maléfico é a confusão entre desejos e necessidades, o que comprar, o que adquirir agora, e o que pode esperar. Confunde-se também limites de crédito, cartões, cheques como fonte de renda extra, quando, na verdade se tornam meios de endividamento.

As pessoas estão usando cada vez mais limite de cheque especial, crédito pessoal, cartão, como complementos de renda, se esquecendo que fazendo isso estão entrando em dívidas e que é necessário ter dinheiro para saldar essas contas, uma vez que servem como empréstimos e não meios de renda extra, é onde acumulam parcelas, altas taxas de juros e quase nunca conseguem saldar o volume total das dívidas, carregam por anos as pendências com a esperança apenas de conseguirem acordos para pagamentos.

Portanto, é notável que a educação financeira deve se fazer presente em todos os momentos, desde a infância até a velhice, auxiliando, mostrando e encaminhando as pessoas para o caminho do pagamento à vista, do não

parcelamento, da poupança, do investimento no futuro para se ter assim uma boa qualidade de vida, até porque a saúde financeira pode influenciar em tudo, no relacionamento com amigos, na vida profissional, na convivência familiar, no pessoal e psicológico de cada indivíduo.

Como foi elucidado nos capítulos anteriores, é necessário o conhecimento dos conceitos de economia, consumo, planejamento, a utilização da poupança, e utilização da educação financeira, para se ter uma melhor qualidade de vida. E, para isso basta ter força de vontade, perseverança para se ter uma boa saúde financeira, evitando assim se endividar. A importância “de se ter”, disciplina, autocontrole, força de vontade de se controlar financeiramente, é a chave do sucesso para uma boa educação financeira livre de endividamentos.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Francisco, MISUMI, Jorge Yoshio, RUDGE, Luiz Fernando, **Mercado de Capitais – O que é, como funciona**. Editora Campus, 6ª Edição, Rio de Janeiro (RJ), 2005.

CERBASI, Gustavo, **Casais inteligentes enriquecem juntos**. Editora Gente, 20ª Edição, 2004.

CNC: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Disponível em: <www.cnc.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2013.

DILLARD, Dudley, **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes**. Livraria Pioneira Editora, 7ª Edição, São Paulo (SP), 1993.

DINHEIRAMA: Conrado Navarro: **Brasileiro não sabe lidar com dinheiro**. Disponível em: <www.dinheirama.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2013.

DINHEIRO INTELIGENTE: **A importância do Planejamento Financeiro. Não planejar custa caro!**. Disponível em: <www.dinheirointeligente.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2013.

GASTALDI, J. Petrelli, **Elementos de economia política**. Editora Saraiva, 17ª Edição, São Paulo (SP), 1999.

HEILBRONER, Robert L., **Elementos de Macroeconomia**. Zahar Editores. 3ª Edição, Rio de Janeiro (RJ), 1972.

INFOMONEY, **Finanças, orçamento, planejamento**. Disponível em: <www.infomoney.com.br>. Acesso em : 24 de abril de 2013.

KEYNES, John Maynard, **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Editora Atlas S.A, 1ª Edição, São Paulo (SP), 1982; reimpressão 2007.

KOTLER, Philip, **Administração de Marketing**. Editora Atlas, 3ª Edição, São Paulo (SP), 1994.

LOPES, João do Carmo, ROSSETTI, José Paschoal, **Economia Monetária**. Editora Atlas S.A., 6ª Edição, São Paulo (SP), 1992.

OLIVEIRA, Sheila F. P., **Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos**. Franca (SP): UNI-FACEF, 2010.

SAMUELSON, Paul A., **Economia**. Editora AMGH, 19ª Edição, São Paulo (SP), 2010.

SANDRONI, Paulo, **Novíssimo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, São Paulo (SP), 1999.

SHAPIRO, Edward, **Análise Macroeconômica**. Editora Atlas S. A., 2ª Edição, São Paulo (SP), 1978.

SIMONSEN, Mário Henrique, **Macroeconomia**. APEC Editora S. A., Volume II, 6ª Edição, Rio de Janeiro (RJ), 1978.

THEODORO, Flávio R. F., **O uso da matemática para a educação financeira a partir do ensino fundamental**. Taubaté (SP), 2008.

TOLEDO, Elaine, **Saiba mais para gastar menos – Aprenda a desenvolver sua inteligência financeira**. Editora Alaúde, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, **Economia: Micro e Macro**. Editora Atlas, 5ª Edição, São Paulo (SP), 2011.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, LOPES, Luiz Martins, **Manual de Macroeconomia Básico e Intermediário**. Editora Atlas, 1ª Edição, São Paulo (SP), 2000.